

Bruxelas, 23 de Novembro de 2009

Mercados de trabalho europeus profundamente atingidos pela crise, mas mais resistentes do que o esperado

A actual crise está a afectar os mercados de trabalho da UE, invertendo a maior parte do crescimento do emprego verificado desde 2000, de acordo com o relatório «O Emprego na Europa» de 2009, hoje publicado. Os indivíduos do sexo masculino, os jovens, os trabalhadores pouco qualificados e os trabalhadores com contratos temporários foram os que mais sofreram com a contracção do emprego. A UE perdeu mais de 4 milhões de postos de trabalho desde o início da crise, embora os efeitos desta perda sobre o emprego tenham sido relativamente limitados graças à utilização de horários de trabalho reduzidos e de outros mecanismos. Mas estas medidas de curto prazo, embora importantes, não são, por si só, suficientes para assegurar uma saída airosa da crise. As políticas de emprego devem passar a incidir na preparação da transição para uma economia de baixo carbono.

Vladimír Špidla, o Comissário responsável pelo Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, afirmou que: «Este relatório mostra quão importante é conciliar a nossa resposta de curto prazo à crise com as nossas reformas estruturais a longo prazo. Estas reformas são essenciais para que a economia e os mercados de trabalho da UE emerjam da actual crise bem preparados para futuros desafios, em especial o da transição para uma economia de baixo carbono.»

Com este desafio em mente, a 21.^a edição anual do Relatório sobre o Emprego na Europa analisa com maior profundidade duas questões-chave para a futura política do mercado de trabalho da UE: movimentos para, de e entre postos de trabalho e as implicações das alterações climáticas para o mercado de trabalho.

Os mercados de trabalho da UE são mais dinâmicos do que frequentemente se crê, embora o desemprego de longa duração permaneça uma séria ameaça

Os mercados de trabalho europeus deram provas de considerável dinamismo em anos recentes, uma vez que, todos os anos, cerca de 22% dos trabalhadores europeus mudam de emprego. Este dinamismo não se limita aos países normalmente considerados «flexíveis», como o Reino Unido ou a Dinamarca, respeitando antes a todos os países da UE, embora os números oscilem entre os 14% dos trabalhadores na Grécia e os 16% na Suécia até a mais de 25% no Reino Unido, na Finlândia, na Espanha e na Dinamarca. Estes números parecem fazer parte de um aumento mais sustentado, registado desde finais da década de 1990, traduzido, na UE, por uma passagem da inactividade e do desemprego para o emprego, o que sugere uma melhoria estrutural fundamental a nível dos nossos mercados de trabalho.

Contudo, nem todos os trabalhadores beneficiaram de igual modo desta tendência positiva. Embora o número de desempregados de longa duração tenha descido desde a década de 1990, este problema continua a constituir um grave desafio. Em anos recentes, perto de 45% de todos os períodos de desemprego na UE apresentavam uma duração superior a um ano, em comparação com apenas 10% nos EUA. Resolver esta questão tornou-se ainda mais urgente desde o início da crise. As políticas cujo objectivo é apoiar a transição dos trabalhadores para empregos em consonância com os princípios da flexigurança são essenciais para baixar o desemprego de longo prazo e para preservar a empregabilidade.

As políticas de baixo carbono vão alterar significativamente as estruturas de emprego da UE

As acções da UE em prol de uma economia de baixo carbono competitiva tornar-se-ão importantes forças motrizes na perspectiva do mercado de trabalho. Embora os efeitos da criação total de postos de trabalho líquidos possam não ser muito grandes – uma vez que a criação de novos empregos «verdes» e a «ecologização» de alguns empregos já existentes serão parcialmente contrabalançadas pela perda de alguns dos postos de trabalho existentes – as mudanças estruturais subjacentes envolverão a reafecção dos trabalhadores através de outros sectores económicos e noutros tipos de competências.

As alterações climáticas e as medidas políticas a elas ligadas terão, por conseguinte, um impacto importante na procura futura de competências. As novas competências requeridas pela economia de baixo carbono favorecerão, pelo menos inicialmente, os trabalhadores altamente qualificados, mas, com a chegada de novas tecnologias ao mercado, também os trabalhadores com pouca especialização deverão ser capazes de preencher os novos postos de trabalho – desde que recebam a formação adequada. Assim, centrar as políticas nas competências – para facilitar as transições para novos empregos e para limitar a emergência de lacunas e escassez nas competências – juntamente com um diálogo social adequado, constituem os principais ingredientes necessários para facilitar a mudança para uma economia de baixo carbono.

O Relatório sobre o Emprego na Europa constitui a base analítica do Relatório Conjunto sobre o Emprego 2009 (RCE), relativamente ao qual a Comissão apresentará a sua proposta em 9 de Dezembro. O RCE constitui, no âmbito da estratégia de crescimento e emprego da UE, o instrumento que se ocupa da análise sobre o emprego e veicula a comunicação.

[MEMO/09/514](#)

Relatório sobre o Emprego na Europa 2009:

<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=119&langId=en>

Assine o boletim informativo electrónico da Comissão Europeia sobre emprego, assuntos sociais e igualdade de oportunidades:

<http://ec.europa.eu/social/e-newsletter>